



IMPULSIONANDO A **SOCIÓBIO- ECONOMIA** DA AMAZÔNIA

organização:



apoio técnico:





Contexto

Este documento é resultado das discussões realizadas durante o workshop “Impulsionando a sociobioeconomia da Amazônia”. O Workshop ocorreu nos dias 18 e 19 de abril de 2024 em Belém, Pará e foi organizado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e pelo Banco do Brasil (BB), com apoio técnico da Sitawi Finanças do Bem. Através de painéis com especialistas e mesas de discussão sobre iniciativas em desenvolvimento na região Amazônica, o encontro promoveu diálogos entre diferentes stakeholders sobre a construção de uma agenda pré-competitiva e de financiamento para a sociobioeconomia na Amazônia. Estiveram presentes mais de 100 representantes de instituições financeiras, investidores, instituições filantrópicas, empresas, empreendedores de pequeno e grande porte, sociedade civil e representantes do governo federal e estadual que, em conjunto, contribuíram para a construção das recomendações aqui constantes.

Este documento, elaborado com apoio da Sitawi, apresenta os principais tópicos e conclusões dos debates e elenca recomendações visando fortalecer uma agenda pré-competitiva e destravar recursos financeiros para a sociobioeconomia na região amazônica.

Agradecimentos

O Banco do Brasil e o iCS agradecem aos participantes pela presença, debate e contribuições ao longo do evento e a Sitawi Finanças do Bem pelo apoio técnico, moderação e consolidação das discussões realizadas. Ainda que o texto deste documento tenha sido elaborado com base nos debates e menções do evento, a relatoria e sumário dos trechos aqui abordados foram adaptados tendo em vista que as discussões realizadas foram travadas de forma confidencial, para estimular a participação e exposição do posicionamento dos presentes.



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução | 6 |
| 2. Desafios pré competitivos e recomendações | 9 |
| 2.1. Transporte, logística e infraestrutura | 10 |
| RECOMENDAÇÕES | 12 |
| 2.2. Acesso a capacitação, assistência técnica e pesquisa e desenvolvimento | 13 |
| RECOMENDAÇÕES | 14 |
| 2.3. Governança e Gestão territorial | 15 |
| RECOMENDAÇÕES | 16 |
| 2.4. Comercialização e demanda | 17 |
| RECOMENDAÇÕES | 18 |
| 3. Desafios de financiamento e recomendações | 19 |
| 3.1. Percepção de risco e incompatibilidade das condições de crédito | 20 |
| RECOMENDAÇÕES | 21 |
| 3.2. Baixo nível de conhecimento e mensuração de impacto | 22 |
| RECOMENDAÇÕES | 23 |
| 4. Abordagens de financiamento inovadoras | 24 |
| 5. Casos da sociobioeconomia | 30 |
| 6. Call to action | 35 |
| 7. Referências bibliográficas | 37 |



1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região-chave do ponto de vista das interconexões entre proteção de modos de vida sustentáveis, conservação da biodiversidade e enfrentamento às mudanças climáticas. Contudo, ainda permanece caracterizada por um modelo econômico altamente dependente da exploração predatória de recursos naturais, levando a floresta ao seu ponto de não-retorno.

Nesse cenário, faz-se necessária a adoção de um novo modelo econômico que seja justo e sustentável. Esse novo modelo deve promover a conservação da biodiversidade, adequar-se a um futuro de baixo carbono, além de fortalecer as tradições e culturas locais, garantindo soluções financeiras compatíveis com o contexto da região e mecanismos de acesso e repartição dos benefícios de forma equitativa com os povos indígenas e comunidades locais.

Pensando no enfrentamento desses desafios, a bioeconomia tem ganhado cada vez mais espaço na agenda nacional e global. Ainda que tenha sido cunhado na década de 1970, o termo ganhou maior impulso nos últimos anos e sua definição e abrangência ainda não estão consensuados. Este documento não se propõe a debater ou se posicionar sobre estas definições.

Para os fins aqui propostos e apenas como um contorno para a discussão realizada, adota-se uma abordagem de sociobioeconomia que abarca tanto produtos e serviços da sociobiodiversidade quanto a restauração de ecossistemas, abrangendo as tipologias: bioeconomia de base florestal (baseada em manejo florestal), sociobioeconomia (baseada na sociobiodiversidade¹), e a bioeconomia bioecológica². Da mesma forma, considera-se a perspectiva de inclusão social e produtiva como pilar relevante do desenvolvimento destes negócios.



¹ A iniciativa Uma Concertação pela Amazônia propôs uma taxonomia para a bioeconomia levando em consideração as características das "várias Amazônias". Nesse contexto, a bioeconomia foi classificada em sociobioeconomia, bioeconomia de base florestal e agrobioeconomia, destacando o papel da ciência, tecnologia e inovação como forma de integrar os diferentes arranjos produtivos. Uma Concertação pela Amazônia (Org.).

² A iniciativa Nova Economia da Amazônia (NEA-BR) também identifica a possibilidade de implementação de diferentes abordagens de bioeconomia, mas destaca que a bioeconomia ecológica deve ser a abordagem predominante nas áreas de floresta. Nessa abordagem, o critério de sustentabilidade se sobrepõe ao de crescimento unilateral da economia. Privilegia a promoção da biodiversidade, conservação dos ecossistemas, habilidade de prover serviços ecossistêmicos e prevenção da degradação do solo. Os vetores de inovação, ganhos de produtividade e redução de custos são práticas orgânicas e ecológicas, com pesquisa e inovação voltadas para soluções locais, baseadas em diversidade, reuso de matéria e energia, redução de insumos agroquímicos e fontes de energia externas ao sistema.

Assim, a sociobioeconomia da Amazônia converge para o fortalecimento da cooperação para a construção de ações e políticas voltadas para o aumento da renda e qualidade de vida dos mais de 28 milhões de habitantes da Amazônia Legal, em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e recuperação de ecossistemas e a proteção dos modos de vida e sistemas de conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais desta região.

Apesar de seu potencial, os desafios da sociobioeconomia e dos negócios associados às cadeias da sociobiodiversidade são diversos e muitas vezes estruturais, dificultando seu sucesso e tornando soluções individuais bastante onerosas em recursos financeiros e tempo. As particularidades socioecológicas do território e das próprias cadeias impedem que se repliquem modelos econômicos utilizados em grandes centros urbanos ou em cadeias convencionais, como as commodities agrícolas e a pecuária. Estes desafios abrangem várias dimensões, mas podem ser divididos em dois grandes grupos: desafios pré-competitivos e desafios de financiamento.

Em abril de 2024, o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e o Banco do Brasil (BB), com apoio técnico da Sitawi Finanças do Bem, realizaram o workshop "Impulsionando a sociobioeconomia da Amazônia", buscando promover diálogos entre diferentes stakeholders sobre a construção de uma agenda pré-competitiva e de financiamento para os negócios e iniciativas da sociobioeconomia na Amazônia. A seguir, trazemos alguns dos pontos discutidos no evento: desafios e recomendações para a construção de uma agenda pré-competitiva, novos modelos de financiamento para a sociobioeconomia no Brasil e na região amazônica, e aprendizados trazidos por iniciativas existentes no enfrentamento desses desafios.





2. DESAFIOS **PRÉ COMPETITIVOS E** RECOMENDAÇÕES

Os desafios pré-competitivos da sociobioeconomia na Amazônia estão relacionados a gargalos estruturais que dificultam que o setor se torne competitivo e integrado à economia nacional, cuja solução passa pela implementação de políticas públicas e ações institucionais, mas também permeia o trabalho de organizações da sociedade civil, e iniciativas do setor privado e de Fundações, por exemplo. Entre eles, destacam-se desafios relacionados às seguintes temáticas:



Transporte, logística e infraestrutura



Acesso a capacitação, assistência técnica e pesquisa e desenvolvimento no elo de produção



Governança e gestão territorial



Comercialização e demanda de produtos da sociobiodiversidade

Abaixo, apresentamos um resumo dos desafios abordados pelos atores presentes nas discussões, bem como recomendações e caminhos para superar tais obstáculos e destravar uma agenda pré competitiva para a sociobioeconomia.

2.1. Transporte, logística e infraestrutura

Não é possível estabelecer, fomentar e investir em negócios e cadeias produtivas na região Amazônica sem levar em consideração as peculiaridades da região também no que se refere à sua imensa extensão territorial, ciclos de chuva e seca e carência de infraestrutura de transportes e serviços em comparação ao restante do país, que implicam em dificuldades logísticas, maiores custos e outras implicações de acesso a direitos, serviços e insumos.

No que se refere a estradas e rodovias, por exemplo, embora este seja um dos principais investimentos na região, ainda há avanços necessários para melhor conectar essa região aos mercados consumidores – interno e externo, e assim transformar aglomerados populacionais distantes e esparsos em sistemas mais produtivos e integrados.

A carência de infraestrutura abrange também outros aspectos, como o acesso à energia e redes de comunicação, que impactam os potenciais negócios e qualidade de vida, bem como saneamento básico, que impacta negativamente o bem-estar das pessoas e consequentemente, o desenvolvimento de uma sociobioeconomia que se propõe justa e inclusiva.

Estas condições trazem obstáculos também ao desenvolvimento de infraestrutura industrial adequada ao beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, especialmente em regiões com infraestrutura mais precária.

De fato, a carência de infraestrutura não é homogênea na região. Há áreas em que há grandes avanços de infraestrutura, e que tem viabilizado o crescimento da produção agropecuária, por exemplo. Nestes locais, a infraestrutura estabelecida imporia um desafio menos expressivo ao desenvolvimento da sociobioeconomia, reforçando assim o potencial deste setor enquanto alternativa econômica compatível com a floresta em pé nessas regiões, que também já enfrentam elevados índices de desmatamento.



Ainda que não sejam comuns a todas as “amazônias” e que haja avanços em curso, os desafios de infraestrutura que ainda se impõem ao desenvolvimento da sociobioeconomia em determinadas áreas deste bioma – especialmente aquelas mais distantes dos centros urbanos – podem ser resumidos nos seguintes:

- i. Acessibilidade e mobilidade em áreas remotas e com menor grau de urbanização dificultando o acesso a serviços básicos essenciais, compra de maquinário e insumos para a produção e a comercialização e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade.
- ii. Acesso a redes de telecomunicação e internet de alta qualidade: a variabilidade no acesso à comunicação nos territórios envolvidos em cadeias de sociobiodiversidade pode limitar o acesso à educação, capacitação e profissionalização e a mercados e informações sobre preços. Vale ponderar, porém, que o acesso à internet de alta velocidade em áreas remotas tem avançado nos últimos anos.
- iii. Acesso à energia elétrica: o acesso precário à eletricidade, seja por falta de investimentos ou pelas características geográficas dos territórios, impacta negativamente o beneficiamento e armazenamento de produtos, além de elevar os custos de energia. Estas condições também têm avançado na região, especialmente em regiões com o mínimo de dinamismo econômico.
- iv. Acesso ao saneamento básico: a baixa cobertura de saneamento básico prejudica a qualidade de vida das pessoas e condições sanitárias para beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, impedindo a agregação de valor nestes territórios. As características geográficas de alguns territórios – muitas vezes alagáveis – torna esse acesso ainda mais desafiador, mas iniciativas como o Projeto Sanear Marajó³, que tem apoio da Fundação Banco do Brasil, têm sido eficazes em contornar esses desafios com tecnologias adequadas às particularidades destes territórios.

³ <https://sites.google.com/iieb.org.br/sanear-marajo>

- v. **Infraestrutura de beneficiamento:** a dificuldade de estabelecer essa infraestrutura de agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade nos próprios territórios – diretamente relacionada aos desafios mencionados acima - sujeita as comunidades a preços baixos e à dependência de outros atores para a comercialização, assim como limita a diversidade de produtos comercializados.

RECOMENDAÇÕES

- **Projetos de infraestrutura compatíveis com a sociobioeconomia e adequados às características da região:** o fortalecimento de infraestrutura descentralizada e de pequena escala compatível com as características da região e necessidades locais pode facilitar o fortalecimento dessas cadeias em regiões e comunidades isoladas e com maiores carências, além de melhorar a conectividade, inclusão digital e acesso à informação e capacitação, fundamentais para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobioeconomia. Alguns exemplos são transportes fluviais mais econômicos e mesmo movidos a fontes de energia renováveis, a geração de energia solar local e microrredes e internet via satélite. A rede Conexão Povos da Floresta⁴, apoiada pelo iCS, tem utilizado de ferramentas como essas para ampliar exponencialmente o acesso à energia e internet de comunidades remotas na Amazônia. O BB tem o compromisso de incentivar soluções financeiras para aquisição de sistemas de energia renovável e eficiência energética, pensando na acessibilidade e no compromisso com o futuro do planeta.
- **Fomento e fortalecimento de estruturas individuais e compartilhadas de processamento e armazenamento dos produtos da sociobiodiversidade de cooperativas e empresas âncora comprometidas com impacto socioambiental:** estruturas de processamento permitem transformar produtos in natura em produtos de maior valor agregado, elevando o potencial de receita para as comunidades envolvidas. Da mesma forma, estruturas de armazenamento adequadas garantem a preservação da qualidade dos produtos, aumentando sua durabilidade e viabilidade de comercialização. Produtos bem processados e armazenados atendem melhor às exigências dos mercados nacional e internacional, possibilitando a inserção em cadeias de valor mais robustas e lucrativas. Considerando os desafios relacionados à infraestrutura e logística e profissionalização associados às cadeias da sociobiodiversidade, especialmente em regiões mais remotas, o fomento ao estabelecimento e fortalecimento de estruturas agregadoras de valor – sejam elas cooperativas ou empresas âncora – profissionalizadas industrialmente e comercialmente é chave para impulsionar a escala das cadeias da sociobioeconomia na Amazônia para as quais há demanda. O nível de investimento necessário, porém, deve ser compatível com a demanda ou potencial de estabelecimento de demanda daquela cadeia/produto. Uma iniciativa interessante nesse sentido vem do Projeto Saúde e Alegria, apoiado pelo iCS, que inaugurou recentemente em Santarém o Ecocentro da Bioeconomia, que se estabelece como um polo de processamento de produtos pelas próprias comunidades. O BB, dada a sua capilaridade e atuação em diversos nichos de mercado, tem um grande potencial de impulsionar a sociobioeconomia em uma visão de cadeia de valor fomentando e conectando os mais diversos atores desde produtores extrativistas até empresas âncoras.

⁴ <https://conexaopovosdafloresta.org/>

2.2 Acesso a capacitação, assistência técnica e pesquisa e desenvolvimento

Os desafios da sociobioeconomia também passam pela necessidade de capacitação e aprimoramento técnico dos diversos elos das cadeias da sociobioeconomia.

No que se refere ao elo produtivo, este enfrenta obstáculos relacionados à eficiência, produtividade e qualidade da produção, adoção de boas práticas e diversificação de produtos, assim como aspectos relacionados à segurança sanitária e do trabalho. Também há necessidade de melhoria nos padrões de gestão administrativo-financeira e contabilidade dos negócios que sejam compatíveis com exigência bancárias e para acesso ao crédito, como demonstrações do resultado do exercício (DRE), balanço patrimonial e fluxo de caixa, que ainda não são realidade de uma grande parte destes negócios. A forma mais direta de endereçar esses desafios é através da oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Esse é um desafio relevante, uma vez que a cobertura da ATER nos estados da Amazonia é menor que a cobertura do restante do país, que já é deficitária, além de concentrar-se nas maiores propriedades rurais, estando muito aquém de suprir a demanda dos produtores da sociobioeconomia da região. A baixa disponibilidade de técnicos, a complexidade logística de atendimento aos territórios e o alto custo da ATER associado a essa complexidade, e a escassez/intermitência de recursos financeiros em organizações do terceiro setor e cooperativas que prestam ATER colocam-se como os principais desafios para a consolidação da oferta desse serviço às cadeias da sociobiodiversidade.

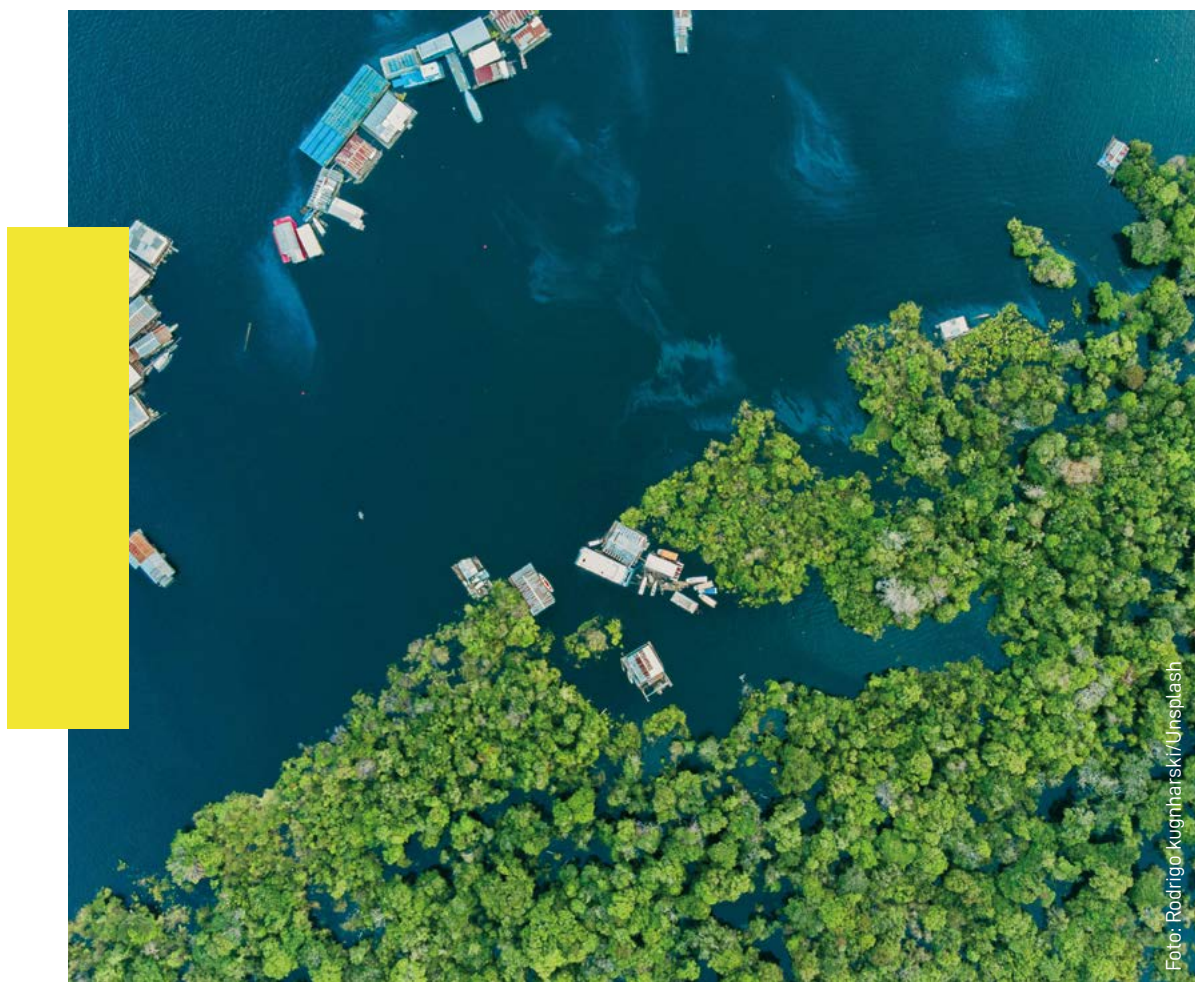


Foto: Sébastien Goldberg/Unsplash

RECOMENDAÇÕES

- **Ampliação e capilarização da oferta de ATER:** desenvolver novos modelos de assistência técnica e extensão rural - pública ou privada - em áreas mais remotas e de difícil acesso e adequada ao desenvolvimento de cadeias da sociobioeconomia. Isso é crucial para garantir que pequenos produtores, agricultores familiares e extrativistas recebam o suporte necessário para adotar práticas sustentáveis, melhorar a produtividade e qualidade, e ampliar sua competitividade e receita. Além do estabelecimento de políticas públicas que garantam a ampliação da cobertura da ATER na Amazônia e contornar o cenário de decadência atual, é importante capacitar e fomentar organizações locais, como vêm sendo realizado por iniciativas como o Circuito de treinamento BB e o Projeto RestaurAmazônia⁵, da Solidaridad, e estimular organizações que já possuem capilaridade na região (ex. SEBRAE, SENAR e provedores de serviço) que atuem também na agenda da sociobioeconomia.
- **Garantia de segurança financeira e contratual às organizações locais que realizam ATER:** organizações com segurança financeira e contratual são capazes de operar de maneira mais eficiente e efetiva. Sem uma base financeira estável e contratos claros e justos, essas organizações enfrentam dificuldades em planejar a longo prazo, recrutar e reter pessoal qualificado e investir recursos necessários para fornecer serviços de qualidade.
- **Fomento a articulação e parcerias com universidades, centros de pesquisa, institutos federais e casas familiares rurais:** parcerias com essas instituições permitem que as iniciativas de sociobioeconomia acessem tecnologias de ponta e métodos inovadores de produção, processamento e comercialização, incluindo desenvolvimento de capacidades técnicas e gerenciais. Isso permite que o conhecimento tradicional e local seja incorporado aos conhecimentos científicos no aprimoramento e validação das estratégias de desenvolvimento, processos e produtos da sociobioeconomia.
- **Melhoria nos padrões de gestão administrativo-financeira e contabilidade dos negócios da sociobioeconomia:** instituições financeiras requerem transparência e precisão nas demonstrações financeiras para avaliar o risco de crédito. Em posse de informações confiáveis e detalhadas, os negócios da sociobioeconomia aumentam suas chances de obter financiamento. A melhoria nestes padrões também garante melhores condições para que o negócio gere retorno e tenha sustentabilidade financeira.
- **Expansão do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sociobioeconomia, especialmente em cadeias incipientes com potencial de expansão de demanda:** além de proporcionar aumento de eficiência, produtividade e qualidade dos produtos da sociobiodiversidade, aumentando a sua sustentabilidade e competitividade, a pesquisa, desenvolvimento e inovação são fundamentais para compreensão do potencial produtivo, e desafios inerentes a cada uma destas cadeias. Atualmente, há uma concentração de investimentos e esforços em determinadas cadeias já mais estabelecidas (como amêndoas de cacau, açaí, castanha do Brasil e a borracha, que movimentam segundo dados do IBGE, respectivamente, cerca de R\$3,5 bilhões, R\$ 6 bilhões, R\$2 bilhões e 1,8 bilhão anualmente). Não obstante, há uma diversidade ainda maior de cadeias que podem ser desenvolvidas, assim como opções de produtos e sub-produtos ainda pouco ou nada explorados dentro dessas cadeias. Esse investimento, contudo, deve levar em conta o potencial de demanda existente ou a ser construído por estes produtos e sub-produtos.

⁵ <https://solidaridadlatam.org/brasil/news/fundacao-solidaridad-tem-projeto-selecionado-pelo-fundo-ibs-pela-amazonia/>



2.3 Governança e Gestão territorial

Outros desafios pré-competitivos para o desenvolvimento da sociobioeconomia na Amazônia dizem respeito à governança e gestão territorial dessa região.

A morosidade no processo de destinação e titulação de terras públicas para conservação ou uso sustentável cria obstáculos econômicos para as cadeias da sociobioeconomia, devido à baixa competitividade em relação ao mercado ilegal. Áreas não destinadas são mais vulneráveis a grilagem e desmatamento, e a falta de fiscalização e monitoramento eficazes aumenta o risco e a incerteza sobre a origem dos produtos da sociobioeconomia, gerando riscos financeiros e reputacionais para os investidores e dificultando a expansão dessas atividades.

Adicionalmente, a discussão sobre governança e gestão territorial na sociobioeconomia envolve os direitos e a segurança de povos indígenas e comunidades locais, que muitas vezes enfrentam conflitos territoriais relacionados à posse da terra e ao uso e manejo de recursos naturais. Esses grupos possuem modos de vida sustentáveis e comunitários baseados no respeito e na reciprocidade com a natureza, distintos dos modelos de investimentos tradicionais. O desafio está em co-construir modelos de governança que respeitem os direitos e costumes, garantindo seu envolvimento e protagonismo nas decisões, e mudar a mentalidade de bancos e investidores para se adequarem as especificidades da Amazônia e às diversas realidades socioecológicas da região.

RECOMENDAÇÕES

- **Acelerar os processos de destinação de terras públicas para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e de regularização fundiária:** a destinação de terras públicas não destinadas a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais dá segurança fundiária às populações que vivem da floresta em pé, o que tende a facilitar o acesso ao crédito para cadeias da sociobioeconomia, além de prevenir a grilagem e exploração menos compatível com a sociobioeconomia dessas áreas. Da mesma forma, quando nos referimos à pequenos agricultores e assentamentos, é fundamental que se haja segurança jurídica tanto para garantir o acesso a crédito quanto para estimular que estes produtores estejam dispostos a investir na terra. A atuação de organizações como o IPAM e o IIEB, com o apoio do iCS, tem contribuído para o avanço nestes processos junto às esferas federal e estaduais. O Banco do Brasil também tem prestado apoio aos seus clientes, buscando adequar suas operações à realidade amazônica, além de articular com atores do setor público soluções para entraves com documentações, de forma a liberar mais crédito na região.
- **Participação dos povos indígenas e comunidades locais em processos de tomada de decisão e construção de espaços de troca de conhecimentos:** o conhecimento de povos indígenas e comunidades locais é inestimável, já que possuem conhecimentos acumulados ao longo de gerações sobre o uso sustentável dos recursos naturais. A participação efetiva desses grupos em espaços de decisão nas diferentes esferas e a criação de novos espaços para deliberação e troca de conhecimentos não só reconhece a centralidade de suas contribuições na sociobioeconomia, mas também assegura justiça e respeito aos seus direitos.
- **Garantia de repartição de benefícios aos povos indígenas e comunidades locais:** a repartição equitativa de benefícios – reconhecendo direitos territoriais, culturais e econômicos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – assegura que essas comunidades sejam devidamente compensadas e reconhecidas pelo seu papel crucial na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais, fortalecendo sua capacidade de gerir e usufruir dos recursos naturais de suas terras. A repartição de benefícios deve estar alinhada com normas e padrões internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Protocolo de Nagoya, que estabelecem diretrizes para o acesso e repartição de benefícios derivados do uso de recursos genéticos.

**O DESAFIO ESTÁ EM CO-CONSTRUIR
MODELOS DE GOVERNANÇA QUE
RESPEITEM OS DIREITOS E COSTUMES,
GARANTINDO SEU ENVOLVIMENTO E
PROTAGONISMO NAS DECISÕES**



2.4 Comercialização e demanda

Não se pode desenvolver negócios da sociobiodiversidade sem levar em consideração os desafios relacionados à sua comercialização e principalmente, a demanda por estes produtos, que em muitos casos, é incipiente. A amplitude e diversidade de matérias primas e produtos possíveis a partir da sociobiodiversidade amazônica são imensas, porém, o escoamento da produção é um gargalo em virtude da demanda ainda incipiente por esses produtos (com exceção dos já citados casos do cacau, açaí, castanha e borracha).

Se por um lado, é necessário aplicar e desenvolver soluções para que os negócios em desenvolvimento garantam escoamento, diversificação de mercados e preços justos ou diferenciados (especialmente para produtos que requerem mão de obra intensiva e em regiões muito remotas, para as quais o preço de mercado dificilmente dará condições de viabilização do negócio), por outro o setor carece de uma estratégia clara de impulsionamento de escala de produção e demanda por produtos específicos, que apresentam potencial de escalabilidade de produção, agregação de valor e demanda.

Estamos falando aqui de novos produtos ou matérias primas ainda pouco exploradas, que ainda demandam investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, mas também de outros já vastamente explorados, que ainda apresentam potencial de crescimento ou melhores ganhos econômicos. Um dos casos mais emblemáticos é o da castanha do Pará, onde o Brasil, maior produtor mundial, é o maior exportador de castanha com casca (em um mercado global com valor de US\$ 24 milhões e participação da Amazônia brasileira de 47%), mas tem participação irrisória (4%) no mercado mais pujante da castanha sem casca (mercado global com valor de US\$ 364 milhões). Nesse caso, o país exporta para concorrentes diretos como Bolívia e Peru, que compram a castanha brasileira, beneficiam e reexportam a preços mais vantajosos⁶.

⁶ O projeto Amazônia 2030 estimou que o mercado global de produtos compatíveis com a floresta e/ou agroflorestais (que incluem o açaí, frutas tropicais, castanhas, cacau, pimenta do reino) movimentava cerca de US\$ 177 bilhões/ano, e que apesar da Amazônia já exportar 64 produtos desses produtos, participa com apenas 0,2% ou US\$ 300 milhões/ano.

RECOMENDAÇÕES

- **Promoção de circuitos mais curtos de comercialização dos produtos da sociobioeconomia:** ainda que tenham uma capacidade limitada de escoamento da produção, estabelecer canais mais curtos de comercialização facilita a integração desses produtos aos mercados consumidores e permite uma remuneração mais justa aos produtores. Feiras, mercados municipais e lojas especializadas em produtos da sociobiodiversidade, assim como plataformas de comercialização online como Amazônia em Casa Floresta em Pé, por exemplo, servem como vitrines para os produtos amazônicos, aumentando sua visibilidade e aceitação entre os consumidores urbanos, e conseqüentemente ampliando a demanda e valor destes produtos. As compras institucionais, via o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) também têm relevância e potencial a ser mais bem explorado e aprimorado.
- **Diversificação de canais de comercialização e inteligência de mercado para produtos da sociobiodiversidade:** é fundamental que os negócios da socioeconomia estabeleçam diferentes canais de comercialização, de maneira a garantir demanda e escoamento da produção. Para tanto, é necessário compreender o mercado e desenvolver soluções adaptadas e/ou customizadas a cada negócio/cadeia. Importante também que seja avaliado e considerado o potencial de certificações para acessar mercados diferenciados e/ou com preços mais elevados para produtos da sociobioeconomia com origem e práticas de sustentabilidade socioambientais verificadas.
- **Identificação de cadeias/produtos chave com potencial de demanda e escalabilidade e elaboração de estratégia clara para coordenar esforços para estruturação de demanda e desenvolvimento dessas cadeias:** concentrar esforços em cadeias e produtos com maior potencial de demanda e de impacto poderá contribuir para a obtenção de escala e sustentabilidade destes negócios, que ao tornarem-se "carros-chefe" também podem apoiar a viabilidade de cadeias mais incipientes e com menor demanda. Estes esforços devem também garantir interlocução e articulação com potenciais compradores em escala, como a indústria alimentícia, cosmética, de fibras, etc.
- **Desenvolvimento de mecanismos de PSA inovadores:** uma parte expressiva dos produtos da sociobiodiversidade são fruto do manejo sustentável e do extrativismo de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e tradicionais situadas em vastas áreas de floresta e outros ecossistemas bem conservados, muitas vezes localizados dentro de unidades de conservação e outras áreas protegidas. Nesse sentido, mecanismos inovadores de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), em especial aqueles que incorporam de alguma forma esses serviços no valor do produto, são exemplos que podem ser aprimorados e utilizados para promover a viabilidade econômica de determinadas cadeias de valor. Por exemplo, a borracha, o açaí ou o cacau colhido por extrativistas dificilmente terá o mesmo custo de produção destes mesmos produtos quando colhidos em sistemas de produção mais intensivos. Entretanto, o serviço ambiental associado à produção extrativista é inúmeras vezes maior do que o de um sistema intensivo, como uma monocultura. Ainda que em escala muito pequena, casos como a empresa de tênis Veja, que paga 5 vezes o valor de mercado da borracha diretamente a cooperativas formadas por famílias de seringueiros, ou da Dengo, que paga por um cacau de qualidade e de sistemas biodiversos até 92% a mais em relação ao cacau commodity, podem servir de inspiração para arranjos de maior escala.



3. DESAFIOS DE **FINANCIAMENTO E** RECOMENDAÇÕES

A promoção da sociobioeconomia na região amazônica requer a mobilização de recursos financeiros e a criação de um ecossistema de financiamento adaptado às particularidades dos negócios e iniciativas locais. Isso envolve enfrentar novos desafios, que serão discutidos nesta seção. É essencial entender a disposição do setor financeiro em investir em setores emergentes e sua capacidade de lidar com cenários de retorno e métricas de desempenho alinhados aos ciclos de produção locais e comunitários. Isso requer o desenvolvimento de soluções financeiras inovadoras e flexíveis, adaptadas às realidades socioeconômicas e ambientais da Amazônia e que, assim, estimulem e provejam melhores condições para investimento em projetos sustentáveis na região.

Abaixo, apresenta-se um resumo dos desafios abordados pelos atores de diferentes segmentos, assim como recomendações e caminhos para superar tais obstáculos e alavancar e destravar recursos financeiros para a sociobioeconomia.

3.1 Percepção de risco e incompatibilidade das condições de crédito

Os desafios de financiamento para a sociobioeconomia na Amazônia derivam de incompatibilidades entre a metodologia de análise de riscos usada por bancos e investidores e as características específicas desses negócios. As condições de crédito são estruturadas de maneira que dificultam o desenvolvimento da sociobioeconomia, exigindo taxas, prazos de carência e garantias que não se adequam às suas necessidades. Por outro lado, estes negócios demandam capital intensivo na fase inicial para que possam se estruturar física, técnica e gerencialmente de forma que alcancem impacto e retornos duradouros.

Investir nas cadeias da sociobioeconomia é percebido como mais arriscado devido ao desconhecimento sobre este setor emergente e a região, seus desafios logísticos, insegurança jurídica, e falta de fiscalização, o que resulta em demandas rigorosas por dados e projeções, muitas vezes, desproporcionais em comparação com as exigências para mercados mais consolidados, como os de commodities agrícolas e pecuária.

A percepção de risco ainda se relaciona à natureza incipiente dos negócios e iniciativas da sociobioeconomia que, frequentemente, encontram-se em estágios iniciais ou em processo de comprovação de seus planos de negócios⁷. Os desafios estão relacionados com baixa previsibilidade de receitas, instabilidade no fluxo de caixa, ausência de contratos de longo prazo, dificuldade em visualizar crescimento a longo prazo, dificultando o atendimento a requisitos financeiros básicos e exigindo custos adicionais para maior prospecção, apoio técnico e gestão por parte dos bancos e investidores.

Adicionalmente, a escala reduzida dos negócios da sociobioeconomia tende a ser incompatível com grandes volumes de financiamento disponíveis por recursos do mercado internacional, cooperação internacional ou bancos e fundos multilaterais. A alta complexidade desse setor e baixa familiaridade dos negócios e iniciativas sobre a disponibilidade de recursos no mercado e como acessá-los, são desafios significativos.

⁷ Vale destaque aqui as iniciativas de aceleração de negócios de impacto na sociobioeconomia, como a AMAZ Aceleradora de Impacto, PPA – Parceiros pela Amazônia, Partnership For Forests/Palladium, entre outras.

RECOMENDAÇÕES

- **Implementação da recém-lançada Estratégia Nacional de Bioeconomia e elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia:** a estratégia foi lançada após a realização do Workshop que embasou este documento, porém reforçar o comprometimento e posicionamento governamental e a existência de uma estratégia de atuação integrada entre Governo Federal e entes subnacionais para destravar políticas públicas para promover a sociobioeconomia nas agendas ambiental, climática e de desenvolvimento regional. Agora, é necessário que a Comissão Nacional de Bioeconomia seja instituída e o Plano Nacional seja construído, garantindo participação social. Durante a realização do Workshop, o BB e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima assinaram um Acordo de Cooperação Técnica. A parceria firmada envia esforços para fortalecer as cadeias da bioeconomia e da sociobiodiversidade com oferta de novos serviços financeiros, além de proporcionar ampliação do sistema de assistência técnica integrada ao planejamento financeiro e de crédito. O acordo também prevê o incentivo à inovação tecnológica e a melhoria dos serviços ecossistêmicos mantidos nos territórios de manejo da bioeconomia e da sociobioeconomia.
- **Desenvolvimento de soluções de asseguramento de ativos financeiros especializadas em sociobioeconomia:** oportunidade de mitigar os riscos financeiros associados aos negócios e iniciativas da sociobioeconomia, dentre eles aqueles relacionados à sazonalidade das atividades, à volatilidade dos preços dos produtos da sociobioeconomia, a incerteza com respeito a escalabilidade da produção e à vulnerabilidade das comunidades locais às mudanças climáticas e eventos ambientais extremos. O desenvolvimento de soluções de asseguramento de ativos financeiros especializadas em sociobioeconomia pode estimular a inovação financeira. Isso pode incluir o desenvolvimento de novos produtos de seguro, garantias financeiras e instrumentos de hedge, bem como o uso de ativos sobre receitas de pagamentos por serviços ambientais, créditos de biodiversidade e utilização de fundos públicos nacionais ou subnacionais.
- **Aumento e diversificação dos tipos de fontes de financiamento com recursos não reembolsáveis e concessionais:** recursos concessionais e não reembolsáveis são essenciais para reduzir os riscos associados aos investimentos em projetos de sociobioeconomia, podendo atuar como capital de risco inicial ou como catalisadores para atrair investimentos privados. Isso permite que novos empreendimentos e tecnologias sejam testados e validados sem a pressão imediata de retorno financeiro, ao passo em que incentivam investidores privados a participarem de projetos e se sentir mais confiantes em investir, sabendo que esses projetos já passaram por um processo de due diligence e têm suporte financeiro inicial. No Brasil, o setor filantrópico já tem atuado de maneira articulada e incisiva, garantindo recursos financeiros mais ágeis, flexíveis, tolerantes e com maior alcance local do que os mecanismos tradicionais de fomento, contribuindo para aumentar a capacidade de financiamento transitório dos empreendimentos, fortalecendo-os para um futuro acesso a fontes regulares de financiamento, como é o caso do Instituto Clima e Sociedade, a Fundação Banco do Brasil e o Fundo JBS pela Amazônia.
- **Criação de portfólios de negócios e iniciativas da sociobioeconomia:** o agrupamento dos negócios da sociobioeconomia através da consolidação de um pipeline ou pools específicos de empreendimentos com comprovação do plano de negócios ou qualificados para receber financiamento, pode ampliar a confiança para bancos e investidores a realizarem investimentos em maior escala e volume. Para isso, é essencial o fortalecimento de organizações que realizam prospecção e o acompanhamento das fases iniciais dos projetos (como a Conexsus, Sitawi e Fundação CERTI, por exemplo) para que haja atendimento a requisitos cadastrais e de contratação de crédito, incluindo processos de governança, compliance e due diligence.

3.2 Baixo nível de conhecimento e mensuração de impacto

Embora a ausência de metodologias de quantificação de dados e parâmetros para medir o impacto socioambiental seja um obstáculo, ela não é a principal barreira que afasta os investidores.

A avaliação das cadeias da sociobiodiversidade geralmente permanece orientada por indicadores e métricas econômicas tradicionais, como preços, custos e lucros. Essas medidas econômicas proporcionam uma visão limitada do valor e dos custos desses setores e não conseguem abranger adequadamente os impactos econômicos, sociais e ambientais negativos ou positivos. Como resultado, os impactos negativos muitas vezes não são absorvidos pelo mercado, sendo transferidos para a sociedade, enquanto os impactos positivos não são devidamente considerados em agendas de ação e políticas voltadas para estimular negócios e iniciativas com impacto positivo para as pessoas e a natureza.

Nesse cenário, a ausência de avaliações mais abrangentes que reconheçam não apenas o valor econômico dos produtos da sociobiodiversidade, mas também seu papel na promoção de justiça social, conservação da biodiversidade e preservação de modos de vida e sistemas de conhecimento local, é um obstáculo significativo para que essas externalidades positivas sejam remuneradas dentro de um projeto. Se essa lacuna for adequadamente abordada, poderia servir como uma alavanca para que o impacto positivo desses negócios e iniciativas seja reconhecido e, quando possível, remunerado, ajudando a desbloquear o direcionamento de recursos para essas cadeias.



RECOMENDAÇÕES

- **Aprimoramento de métricas específicas de conservação e incorporação desses mecanismos em avaliações de impacto:** a incorporação de métricas específicas de conservação e sustentabilidade socioambiental em avaliações de retorno permite uma análise mais precisa dos impactos negativos e positivos associados a projetos de sociobioeconomia. Isso permite que bancos, investidores e tomadores de decisão ponderem de forma mais equilibrada os riscos e oportunidades de seus investimentos. Isso inclui não apenas a quantificação dos recursos naturais utilizados, a produtividade, o custo de oportunidade e a estruturação das cadeias, mas também a avaliação dos serviços ecossistêmicos prestados e dos impactos na biodiversidade e na qualidade de vida humana, incluindo geração de renda e empregabilidade. Pesquisas e estudos de valoração socioambiental fornecem dados essenciais para orientar processos de tomada de decisão envolvendo o desenho e implementação de políticas e ações, devendo ser estimulados e parte da agenda de financiamento da sociobioeconomia. O Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia, instrumento citado na recém-lançada estratégia nacional de bioeconomia (Decreto nº 12.044 de 2024), tem o potencial de servir como base para obtenção dessas informações.
- **Melhorias no monitoramento de performance das organizações da sociobioeconomia:** dados e informações de performance bem monitorados fornecem uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas. Líderes das organizações podem usar essas informações para planejar o crescimento, alocar recursos de forma mais eficaz e desenvolver estratégias que respondam às necessidades e oportunidades emergentes, tanto internas quanto externas. Adicionalmente, o monitoramento adequado garante que as organizações estejam em conformidade com as normas e regulamentações ambientais, sociais e econômicas. Isso não só evita penalidades e problemas legais, mas também fortalece a reputação das organizações, mostrando compromisso com a responsabilidade social e ambiental. A Amaz Aceleradora de Impacto, coordenada pelo IDESAM, tem sido capaz de aprimorar sua capacidade de monitoramento de impacto das startups que acelera.
- **Disseminação do conhecimento sobre a sociobioeconomia em mercados financeiros:** a promoção de iniciativas de capacitação de agentes econômicos e financeiros para maior compreensão das particularidades e desafios dos negócios e iniciativas da sociobioeconomia, a fim de estimular a criação de produtos e mecanismos financeiros inovadores que sejam compatíveis com os riscos, retorno e prazo de desenvolvimento desses projetos. Isso pode incluir linhas de crédito, fundos de investimento, seguros e outros instrumentos financeiros que atendam às particularidades das iniciativas de sociobioeconomia, facilitando seu crescimento e sustentabilidade.

**A AUSÊNCIA DE AVALIAÇÕES
MAIS ABRANGENTES É UM
OBSTÁCULO SIGNIFICATIVO PARA
QUE ESSAS EXTERNALIDADES
POSITIVAS SEJAM REMUNERADAS
DENTRO DE UM PROJETO**



4. ABORDAGENS DE **FINANCIAMENTO** INOVADORAS

**É CRUCIAL
DESENVOLVER E
IMPLEMENTAR
SOLUÇÕES
INOVADORAS QUE
INCORPOREM AS
PARTICULARIDADES
DA AMAZÔNIA, SUAS
PESSOAS E SEUS
NEGÓCIOS**

O potencial de geração de impacto positivo nos âmbitos econômico, social e ambiental não é suficiente para atrair investimentos para as cadeias da sociobiodiversidade, portanto, soluções inovadoras são essenciais para destravar novos fluxos de financiamento que garantam a estruturação, maturação e consolidação dos negócios e iniciativas da sociobioeconomia.

A região e os negócios da sociobioeconomia precisam se adaptar aos modelos de financiamento existentes, mas também é crucial desenvolver e implementar soluções inovadoras que incorporem as particularidades da Amazônia, suas pessoas e seus negócios. Um planejamento estratégico que alinhe essas agendas é fundamental para construir um novo paradigma de desenvolvimento para a Amazônia, com a escuta ativa e protagonismo das diferentes realidades socioecológicas do território, incluindo sua diversidade biológica e sociocultural.

O financiamento da sociobioeconomia deve ocorrer a partir do desenvolvimento, experimentação, implementação e validação de soluções financeiras inovadoras. A colaboração coordenada entre governos, setor privado e organizações filantrópicas é essencial para alcançar a competitividade necessária para a sociobioeconomia na Amazônia.

Abaixo, apresentamos alguns casos de mecanismos de financiamento inovadores.



Hub Financeiro da Amazônia

Banco do Brasil

O Hub Financeiro BB para bioeconomia atua em uma estratégia de atendimento *phygital* e objetiva centralizar iniciativas relacionadas à bioeconomia. Desde a oferta de produtos financeiros adequados para os públicos de relacionamento do BB até a disponibilização de assistências técnicas e consultorias, sempre que necessário além de prospecção de novas oportunidades de negócios e inovação.

O Banco objetiva com a iniciativa promover o desenvolvimento produtivo e econômico na região da Amazônia legal. Com base no uso sustentável, na conservação, na regeneração e na valorização da biodiversidade. Contribuindo para geração de empregos e renda, redução emissão de CO₂, preservação e restauração e demais iniciativas que contribuam para a manutenção da floresta em pé.

As principais funções do Hub financeiro de bioeconomia BB consistem em ações relacionadas a:

- Fomentar crédito: impulsionar a liberação de crédito para o público priorizado;
- Infraestrutura verde: Financiar estruturas necessárias para energia renovável e conectividade;
- Captação de Recursos: Facilitar o acesso a investimentos e financiamentos para projetos e empresas que operam na bioeconomia, com apoio de grants.
- Inovação e Pesquisa: Promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e bioprodutos;
- Conexão e Parcerias: Atuar em redes de colaboração entre parceiros, cobans, empresas, instituições acadêmicas, organizações não-governamentais e governos;
- Capacitação e Educação: Oferecer assistência técnica, treinamento e capacitação para profissionais e empreendedores na área de bioeconomia, apoiando para a criação de um ambiente propício a formação de agentes locais;
- Política e Regulação: Colaborar com o atingimento de políticas para desenvolver regulamentos e incentivos que apoiem a bioeconomia sustentável.
- Estrutura e Componentes a serem apoiadas via Cooperação Técnica:
- Programa de inovação aberta, aceleradoras e Incubadoras: Desenvolvimento e criação de Programa de Inovação que apoiem a criação de startups e pequenas empresas, oferecendo mentoria, infraestrutura, e acesso a redes de investidores e parceiros.
- Investimentos: Formatar iniciativas e projetos de bioeconomia (startups), para atrair investimentos diretos.
- Capacitação e treinamento: Estruturação de mecanismos que viabilizem o processo de letramento digital, cursos em plataformas e eventos presenciais que promovam a interação e a colaboração entre os diversos stakeholders da bioeconomia com a comunidade local, facilitando disseminação de conhecimento e boas práticas.
- Provas de conceito e atuação via parceria: Financiar provas de conceitos de novas iniciativas com objetivo de testar propostas de atuação previamente ao processo de escala.

Implementado ainda no primeiro semestre de 2024, instalado em Belém do Pará, e agora no segundo semestre também em Manaus, o Hub Financeiro de bioeconomia é uma estrutura que tem por finalidade não só proporcionar recursos de financiamento, mas também cria um ecossistema propício para a inovação, colaboração e crescimento sustentável na Região da Amazônia Legal.

Amazônia Viva

Natura, VERT e FUNBIO

O mecanismo de financiamento Amazônia Viva visa fortalecer organizações, negócios e as cadeias da sociobiodiversidade amazônica e seus territórios. O Amazônia Viva é um mecanismo de financiamento híbrido (*blended finance*) que opera por meio de dois instrumentos principais: um veículo de crédito e um fundo de financiamento não-reembolsável, alinhados sob o mesmo processo de governança.

O veículo de crédito é estruturado na forma de um certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) gerido pela VERT Capital. Esse título oferece financiamentos anuais às cooperativas e associações da sociobiodiversidade na Amazônia e o crédito é utilizado, sobretudo, como capital de giro para safras anuais, tornando as operações mais eficientes e aumentando a produtividade. A Natura participa como investidora e atua como *off-taker* através da previsão de compra de safras, servindo como um instrumento mitigador de riscos para outros investidores.

O fundo de financiamento não-reembolsável, é chamado de Fundo Facilitador (ECF ou *Enabling Conditions Facility*), gerido pelo FUNBIO. O propósito do ECF é realizar investimentos estruturantes na capacitação das cooperativas e associações, em negócios e iniciativas de conservação e outros temas que fortaleçam as cadeias da sociobiodiversidade e os territórios onde estão presentes, especialmente, buscando atuar com grupos de juventudes e mulheres.

O diferencial do mecanismo Amazônia Viva é justamente a participação imediata da Natura, como um grande comprador, investindo na operação financeira e adquirindo insumos da sociobiodiversidade. A expectativa é que nos próximos 10 anos, o Amazônia Viva impulsione o desenvolvimento econômico e sustentável em 16 territórios e beneficie mais de 10 mil famílias da região.

Iniciativa de Financiamento de Alimentos e Florestas da Amazônia

Amazon Food&Forest Financing Initiative

Impact Bank e The Nature Conservancy

Uma plataforma inovadora que capacita as empresas locais e fortalece as cadeias de valor sustentáveis na Amazônia. Por meio de uma linha de crédito combinada, incluindo uma primeira parcela de perdas, a iniciativa estende linhas de crédito e empréstimos justos para micro, pequenas e médias empresas locais, complementada por uma linha de assistência técnica que oferece suporte no local. Essa iniciativa promove modelos de negócios regenerativos para melhores práticas de produção, equilíbrio ambiental e melhores meios de subsistência.

A Iniciativa serve como um centro para investidores, gestores de ativos, instituições financeiras de desenvolvimento, filantropos e organizações locais testarem, avaliarem e executarem estratégias de financiamento misto. Personalizada para a região amazônica e a sociobioeconomia, ela oferece empréstimos justos, suporte técnico, plataformas bancárias e de monitoramento e soluções financeiras combinadas para empresas e cadeias de valor locais, promovendo a escalabilidade e a redução de riscos.

Ao alinhar o investimento privado com os princípios de ESG, a iniciativa garante o retorno do investidor e, ao mesmo tempo, promove práticas regenerativas. Ferramentas inovadoras, como sistemas de garantia transparentes e soluções de antecipação de receita, enfrentam desafios financeiros, posicionando a iniciativa como pioneira na sociobioeconomia amazônica.

Essa iniciativa combate as mudanças climáticas e capacita as comunidades ao apoiar práticas regenerativas. A previsão é de evitar 20 milhões de toneladas de CO² equivalente, conservar 5 milhões de hectares de floresta tropical e aumentar os estoques de carbono em áreas restauradas. A solução fortalece ainda mais as economias locais, facilitando acordos de vendas com base na floresta no valor estimado de cerca de R\$300 milhões e injetando cerca de R\$100 milhões como capital de giro. Espera-se que melhore o bem-estar de mais de 50 mil pessoas, aumentando a renda e promovendo a resiliência.

Plataforma de Empréstimo Coletivo –

Sitawi Finanças do Bem

A Plataforma foi concebida com o objetivo de permitir que pessoas físicas pudessem investir em negócios de impacto a partir de baixos valores - atualmente, a partir de R\$10. A Plataforma permite impulsionar mais capital para os negócios de impacto positivo e contribuir para estabelecer uma conexão mais ampla entre investidores e empreendedores de impacto socioambiental, inserindo e ampliando a participação de mais pessoas e organizações.

A Plataforma reúne atividade de originação, avaliação e *due diligence* de organizações de impacto socioambiental positivo e agrupa 2-5 organizações selecionadas em Rodadas de captação, que podem ser temáticas ou não. Investidores podem decidir em quais rodadas participam e, dentro da rodada, em quais negócios de impacto investem e quanto investem em cada um deles. Após a captação, as organizações permanecem sendo acompanhadas e aconselhadas por uma equipe técnica especializada.

A Plataforma de Empréstimo Coletivo mobilizou R\$17,8 milhões em investimentos, do Fundo Solidário e de parceiros institucionais (36 organizações em 96 transações). Adicionalmente, foram mobilizados R\$8,5 milhões de recursos financeiros em instrumentos não relacionados aos empréstimos coletivos.

A Plataforma é operada por meio de um instrumento de finanças híbridas (*blended finance*), que segue a lógica de justapor vários tipos de capitais, com distintas tolerâncias a risco, necessidade ou prazo de pagamento e expectativas de retorno, para viabilizar uma transação. O instrumento de finanças híbridas permite que a taxa média acessada pelas organizações possa ser abaixo do CDI, contanto com alguns meses de carência e com preferência para a inclusão de algum tipo de garantia para permitir mais graus de flexibilidade nos casos de não pagamento.

O portfólio de negócios de impacto é concentrado em pequenas e médias Cooperativas (34%) e na região Amazônica (37%). As taxas de juros praticadas na Plataforma de Empréstimo Coletivo são ligeiramente acima da taxa Selic, com 1-2 pontos percentuais, pré-fixadas no momento da transação.



5. CASOS DA **SOCIOBIOECONOMIA**

Neste capítulo, apresentamos um resumo das discussões realizadas a partir da análise de 9 casos de empreendimentos da sociobioeconomia da Amazônia, que atuam em diferentes cadeias de produtos da sociobiodiversidade, e diferem entre si com relação ao tipo e modelo de negócio, fontes de financiamento, escala e escalabilidade. Os casos foram pré-selecionados pelas equipes da SITAWI, Banco do Brasil e iCS, considerando critérios que incluíram a diversidade de regiões e cadeias produtivas, negócios comunitários e empreendimentos privados, além de casos com potencial de escalabilidade e que já tivessem recebido investimentos ou financiamentos.



Foto: Pablo Montes/Unsplash

A tabela abaixo traz uma síntese dos casos discutidos e principais informações a respeito de cada um deles:

| Caso | Sede | Fundação | Tipo | Modelo de negócio | Produtos/ Serviços | Nº de beneficiários diretos | Mais informações: |
|---|---------------------------|----------|-------------|---|--|--------------------------------|--|
| 100% Amazônia | Belém/PA | 2009 | Empresa | Empresa âncora (produção de bioingredientes), B2B | Bioingredientes, polpas, extrato de açaí, manteigas, óleos, consultoria e assessoria para exportação | - | www.100amazonia.com |
| Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM) | Juruena/MT | 2008 | Cooperativa | Extrativismo, beneficiamento e comercialização, B2B | Castanha do Brasil in natura, quebrada, óleo de castanha e flocos e farinha de castanha | 68 cooperados | www.coopavam.org.br |
| Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) | Tomé-Açu/PA | 1929 | Cooperativa | Sistemas agroflorestais e extrativismo, beneficiamento | Pimenta-do-reino, amêndoas de cacau, óleos vegetais, polpas de 15 frutas | 170 cooperados | www.camta.com.br |
| Belterra | Curitiba/PR | 2020 | Empresa | Implementação e manejo de SAF em pequenas e médias propriedades, comercialização de produtos e créditos de CO2 | Cacau, cupuaçu, açaí, pupunha, mandioca, dendê. | - | www.belterra.com.br |
| Cooperacre | 18 municípios no Acre | 2001 | Cooperativa | Beneficiamento e comercialização de castanha do Brasil e sub-produtos, borracha, palmito pupunha e polpas de frutas | Castanha do Brasil, borracha, pupunha, frutas | 2500 famílias cooperadas | www.cooperacre.com |
| Cacauway/ Coopatrans | Mediciândia/PA | 2010 | Cooperativa | Produção de 40 produtos derivados do cacau | Cacau | Mais de 30 famílias cooperadas | www.cacauway.com.br |
| Sambazon | Santana/AP & Barcarena/PA | 2000 | Empresa | Beneficiamento, comercialização e exportação de polpa de açaí congelado e sorbet de açaí | Açaí | - | www.sambazon.com.br |
| ASPROC – associação dos Produtores Rurais de Carauari | Médio Juruá (Amazonas) | 1994 | Associação | Extrativismo, beneficiamento e comercialização de sementes, borracha e produtos da agricultura | Andiroba, Murumuru, Ucuúba, Borracha, produtos da agricultura | 800 famílias | www.asproc.org.br |
| COOMFLONA - Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós | Belterra/PA | 2005 | Cooperativa | Manejo Florestal Comunitário e beneficiamento e comercialização de madeira | Madeira em tora, móveis e objetos artesanais, óleos, | 314 cooperados | www.instagram.com/coomflona |

A seguir, apresentamos um resumo dos principais achados das discussões realizadas a partir dos casos analisados.

- Empresas-âncora e cooperativas que atuam como hubs de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade conseguem contornar vários dos desafios relacionados à infraestrutura das regiões produtoras de matéria-prima, além de oferecer melhores condições de aprimoramento dos padrões de qualidade e eficiência, uma vez que o negócio é focado no elo de beneficiamento. Estabelecer estes negócios em áreas próximas aos produtores ainda reduz custos logísticos e fortalece a cadeia de suprimentos. Nestes casos, em que há investimento em estrutura de beneficiamento, mostrou-se fundamental planejar estrategicamente o engajamento e quando necessário capacitação e assistência técnica aos produtores para garantir o suprimento adequado de matéria-prima. É primordial, também, que estes negócios adotem mecanismos de rastreabilidade e transparência, de forma que possa ser verificada a sustentabilidade tanto da relação com as comunidades produtoras quanto no modelo de produção/extratativismo, assegurando-se um impacto social e ambiental positivo da atividade, em linha com o conceito da sociobioeconomia.
- O foco na exportação de produtos para os quais já existe demanda consolidada e crescente, bem como potencial de expansão do beneficiamento, como é o caso da Castanha-do-Brasil, é um dos fatores de sucesso dos negócios analisados.
- A precificação justa e/ou acima dos preços de mercado, além de fidelizar os fornecedores (ou seja, produtores e extrativistas) pode também ser um diferencial de mercado aos produtos da organização, através de certificações como fair trade. Porém, a viabilidade econômica dessa precificação é garantida apenas no caso de produtos de elevada qualidade ou mercados que pagam preços mais elevados.
- Outras certificações, voltadas aos aspectos ambientais e legais, também se mostram relevantes para o acesso a novos mercados e investimentos, mas tem custos expressivos e, portanto, devem estar vinculadas à demanda de mercado e preços compatíveis para garantir viabilidade e sustentabilidade do negócio no longo prazo, uma vez que pode haver baixa disposição do mercado em pagar preços mais elevados por produtos sustentáveis.
- A diversificação é um dos fatores que contribui para o sucesso dos negócios analisados. Seja através da diversificação de produtos ou de atividades – a comercialização de produtos aliada à prestação de serviços, ou a comercialização de produtos beneficiados juntamente com produtos in natura, por exemplo. A diversificação amplia o portfólio e a base de clientes do negócio, reduz os riscos associados à dependência de um único produto ou de um único mercado. Também permite reduzir os efeitos da sazonalidade e a capacidade ociosa das plantas de beneficiamento, gargalo identificado em alguns dos casos analisados. Esta diversificação parece assumir importância ainda mais relevante em negócios de base comunitária. Vale destacar que, apesar da diversificação, grande parte dos negócios analisados parecem trabalhar com um ou mais produtos "carro-chefe" cuja demanda/mercado é mais estável, buscando garantir fluxos financeiros de maior volume.
- Por outro lado, há entre os casos analisados negócios bem estabelecidos que se diferenciam pelo foco num único produto. Neste caso, a existência de uma estratégia clara de atuação e comercialização pode ser determinante na viabilidade do negócio e atratividade para investimentos.
- Um desafio comum a alguns dos casos relacionam-se ao posicionamento comercial, branding e marketing deficitário, incluindo desenvolvimento de embalagem que valo-

rize, por exemplo, a qualidade ou atributos socioambientais do produto, fundamentais para firmar sua demanda no mercado consumidor e assim garantir viabilidade dos negócios.

- No que se refere ao financiamento destes negócios, a diversificação também se apresenta como relevante tanto para negócios de base comunitária quanto empreendimentos privados. Alguns dos negócios analisados se destacam tanto por essa diversificação de fontes de financiamento quanto pelo acesso a mecanismos de financiamento mais complexos e inacessíveis para a maior parte dos negócios da sociobioeconomia, como os mecanismos de blended finance.
- A falta de clareza na apresentação dos modelos de negócios acarreta dificuldades de acesso a investimentos privados em negócios nascentes, podendo reduzir a atratividade para potenciais investidores e parceiros. Assim, a simplificação de processos e tornar as estruturas de financiamento mais acessíveis e compreensíveis para negócios comunitários e de menor porte pode ajudar a impulsionar o crescimento e a sustentabilidade destes negócios.
- A deficiência em padrões de gestão administrativo-financeira e contabilidade, assim como desafios relacionados à governança e transparência, se apresentam como obstáculos aos negócios analisados, trazendo impactos à sua viabilidade, mas também ao acesso a crédito e financiamento. Por outro lado, a existência de lideranças com elevada capacidade e experiência de gestão, além de investimento em capacitação gerencial e operacional pode ser determinante no sucesso deles.
- Ainda que secundária, a ausência de indicadores e métricas de impacto também foi mencionada ao longo da discussão sobre os casos como gargalo importante para investimentos naqueles negócios.

Call to action

O desenvolvimento da sociobioeconomia enquanto conjunto de atividades essenciais e prioritárias para a economia brasileira e, especialmente, para a região amazônica, passa pela articulação conjunta de governos, bancos públicos, privados e multilaterais, instituições filantrópicas e sociedade civil. Sob a perspectiva aqui adotada, as maiores oportunidades ocorrerão através da convergência de diferentes tipos de capitais, abordagens e instrumentos financeiros de modo a responder às demandas econômicas, sociais e ambientais, simultaneamente. A superação dos desafios aqui apontados não apenas destravar investimentos cruciais para o setor da sociobioeconomia, mas também promoverá a inovação, diversificação de fontes de financiamento e mitigação de riscos para desenvolvimento dessas atividades.

Nesse contexto, o financiamento da sociobioeconomia no Brasil e na região amazônica precisa ser aprimorado por meio de ações integradas e mecanismos financeiros e não financeiros que reduzam riscos e promovam o amadurecimento de negócios e iniciativas. Mecanismos de financiamento inovadores, ágeis, capilares e flexíveis devem reduzir riscos e fortalecer continuamente os negócios e iniciativas da sociobioeconomia, alinhando-os mais estreitamente com mecanismos regulares de fomento público ou privado. A experimentação exige recursos não reembolsáveis para atrair capital convencional, tanto público quanto privado. No entanto, o capital privado é estratégico para aumentar a escala do financiamento, o que dependerá de um pipeline robusto e qualificado.

Infelizmente, ainda são poucos os casos de sucesso de negócios da sociobioeconomia na Amazônia que tenham obtido impacto socioambiental em escala e com perenidade. Os desafios elencados anteriormente apontam para alguns dos motivos que historicamente limitaram o crescimento e sustentabilidade destes negócios. De maneira geral, porém, muitos deles não contavam com três elementos fundamentais para o sucesso de qualquer negócio: i. potencial de mercado/demanda do produto; ii. capital disponível e acessível e iii. gestão adequada de produção, processamento, comercial.

**AS MAIORES OPORTUNIDADES
OCORRERÃO ATRAVÉS DA
CONVERGÊNCIA DE DIFERENTES
TIPOS DE CAPITAIS, ABORDAGENS
E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A demanda pelos produtos da sociobioeconomia é fator fundamental a ser considerado no desenvolvimento de iniciativas e estratégias para dar escala a estes negócios, de maneira que gere impacto social, na paisagem e viabilidade econômica. Nesse sentido, é fundamental entender não só o potencial produtivo dessas cadeias, mas principalmente a demanda existente e futura deles. Para tanto, esforços coordenados em determinadas cadeias com maior potencial podem trazer impactos socioambientais e garantir a sustentabilidade destes negócios em prazo compatível com o cenário de emergência em que vivemos e no qual os negócios da sociobioeconomia se apresentam como uma das potenciais soluções. Uma das ações possíveis seria o estabelecimento de um plano estruturado de ampliação de demanda por produtos amazônicos, baseado no interesse de empresas – principalmente aquelas de grande porte – que tenham alinhamento com cadeias produtivas da Amazônia aliado ao fomento e fortalecimento de empresas âncora e cooperativas com capacidade de suprir essa ampliação de demanda.

É fundamental também que sejam desenvolvidas e ampliadas estratégias e iniciativas para fortalecer a gestão profissional dos negócios da sociobioeconomia (cooperativas e empresas), seja no que diz respeito a gestão administrativa e comercial, quanto no processamento e profissional.

A transformação necessária não é pequena. A transição para uma economia positiva para a natureza exigirá que todos os setores – de forma integrada – tomem medidas baseadas na ciência para transformar modelos operacionais e permitir que continuem gerando valor comercial, enquanto dissociam atividades de impactos ambientais e climáticos negativos. A devida implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia e o desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia se coloca como a grande oportunidade para fomentar esse setor de forma estruturada e integrada, tendo como referência os casos que tenham obtido sucesso e perenidade. As particularidades e fatores que determinaram este sucesso devem replicados e aprimorados, tanto no que diz respeito à estruturação e operação destes negócios e aos aspectos ligados a agenda pré-competitiva, quanto com relação a instrumentos financeiros e investimentos privados.

A chamada para ação que trazemos com este documento tenta traduzir o grau de urgência e a necessidade de priorização de esforços coordenados para viabilizar a sociobioeconomia como o principal instrumento de transformação positiva em escala para a Amazônia brasileira, com base em uma economia compatível com a floresta pé e que traga prosperidade para sua população!

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. et al. The new bioeconomy in the Amazon: Opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers. Science Panel for the Amazon, s.a.
- Amazônia 2030 [livro eletrônico]: bases para o desenvolvimento sustentável. -- Belém, PA : Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2023.
- Aguiar, A. C. F., Scarano, F. R., Bozelli, R. L., Branco, P. D., Ceotto, P., Farjalla, V. F., Loyola, R. e Da Silva, J. M. C. Business, biodiversity and innovation in Brazil. Perspectives in ecology and conservation. 2023.
- Ahmed, S. E., Carlos M. Souza, Julia Ribeiro et al. "Temporal patterns of road network development in the Brazilian Amazon". Reg Environ Change 13 (2013): 927–937.
- Araujo, Rafael. Diretrizes para Avaliação da Área de Influência Direta e Indireta de Projetos de Infraestrutura de Transporte. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2023.
- Araujo, Rafael, Arthur Bragança, and Juliano Assunção. Accessibility in the Legal Amazon: Delimiting the Area of Influence and Environmental Risks. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2022. bit.ly/AMZInfluenceAndRisks.
- Brandão, D.O., Barata, L.E.S., Nobre, I., Nobre, C.A. The effects of Amazon deforestation on non-timber forest products. Reg. Environ. Chang. 2021, 21, 122, doi:10.1007/s10113-021-01836-5.
- Bragança, Arthur e Mateus Moraes. Redefinindo Prioridades dos Planos de Infraestrutura no Estado do Pará. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2022.
- Brito, M. C. W. As tendências e os desafios da Bioeconomia no Brasil e no mundo. Instituto Ekos. 2021. Disponível em: <https://www.ekosbrasil.org/as-tendencias-e-os-desafios-da-bioeconomia-no-brasil-e-no-mundo/>.
- Bugge, M. M., T. Hansen, e A. Klitkou (2016). What is the bioeconomy? A review of the literature. Sustainability 8.7: 691. <https://doi.org/10.3390/su8070a691>.
- Food and Agriculture Organization (FAO). Sustainable Bioeconomy and FAO – Project Brief. 2022.
- Genin, C. Frasson, C. M. R., Simpkins, A. e Felin, B. What Could a "Bioeconomy" in the Amazon Look Like? WRI Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.wri.org/insights/what-could-bioeconomy-amazon-look>.
- Instituto Escolhas. Assistência Técnica para a Bioeconomia na Amazônia: dos Desafios à Solução. Sumário Executivo. São Paulo, 2023.
- Nobre, C.A. et al. (2023) Nova Economia da Amazônia. São Paulo: WRI Brasil. Relatório. Disponível online em: www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia.
- O vazio da ATER: Caminhos para a inclusão socioeconômica e ambiental da agricultura familiar. São Paulo: Fundação Solidaridad, 2022.
- Uma Concertação pela Amazônia (Org.). Bioeconomia: a evolução do debate e repercussões nas Amazônias. São Paulo. Arapyaú, 2023.
- Uma Concertação pela Amazônia (Org.). Uma agenda pelo desenvolvimento da Amazônia. São Paulo, Uma Concertação pela Amazônia, 2021.
- WWF-Brasil. Bioeconomia e Infraestrutura na Amazônia: Análise do estado da arte e estudo de casos sobre infraestrutura no Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2022.
- A Castanha-da-Amazônia [livro eletrônico] Aspectos econômicos e mercadológicos da cadeia de valor / Observatório da Castanha-da-Amazônia (OCA) – Brasília, DF IEB, 2023.
- IBGE/PAM – Produção de Cacau, Açaí e Borracha no Brasil – Valor da produção. 2022.

Ficha Técnica

Outubro, 2024

AUTORES

Heitor Dellasta
João Pedro Paula e Silva
Fernando Campos
Helena Gonçalves
Pedro Zanetti
Déborah Cassol
Priscila Fausto

REVISÃO

João Pontedeiro
Frederico Machado
Luiz Fernando Laranja
Simone Bauch
Cassiane Lopes Ferreira Alves

EQUIPE DE APOIO

Ana Beatriz Villela
Ana Julia Pereira de Moura Silva
Betânia Pontelo
Daniel Caramori Alves

BANCO DO BRASIL S.A.

sustentabilidade@bb.com.br

Presidenta do Banco do Brasil

Tarciana Medeiros

Vice-presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

José Ricardo Sasseron

Comitê Unidade ASG

Gabriel Maceron Santamaria
Walléria Viana Sampaio
Lidiane Pereira Oreste Capannacci
Henrique Leite de Vasconcellos

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

ics@climaesociedade.org

Diretoria Executiva

Maria Netto Schneider

Diretoria Programática

Thais Ferraz

Gerência de Uso da Terra, Sistemas Alimentares e Sociobioeconomia

Frederico Machado



Foto: Gui Sampaio



organização:



apoio técnico:

